

Trabalhadores em disputa: UDN, PCB e eleições em Santa Catarina (1945-1947)

Workers in Dispute: the UDN, the PCB, and Elections in Santa Catarina (1945-1947)

Camilo Buss Araujo*

Resumo: Este artigo analisa as eleições de 1945 e 1947 em Santa Catarina, com ênfase no papel do Partido Comunista do Brasil (PCB) no estado. A partir do cruzamento de fontes e da análise da distribuição dos votos por seção eleitoral, o estudo problematiza formulações clássicas sobre a política catarinense entre 1945 e 1964, em particular a ideia de uma “hegemonia conservadora-oligárquica” no estado e o “forte predomínio” do Partido Social Democrático (PSD) em Florianópolis. Apesar das vitórias eleitorais do PSD nas primeiras eleições do pós-guerra, as estratégias de campanha e a distribuição de votos em áreas de maior concentração de trabalhadores revelam novas nuances sobre as dinâmicas políticas e as demandas populares no período.

Palavras-chave: eleições de 1945 e 1947; Partido Comunista do Brasil; trabalhadores urbanos.

Abstract: This article analyzes the 1945 and 1947 elections in Santa Catarina, focusing on the role of the Brazilian Communist Party (PCB) in the state. Through the intersection of sources and an analysis of the distribution of votes by electoral section, the study questions classical formulations about Santa Catarina’s politics between 1945 and 1964, particularly the notion of a “conservative-oligarchic hegemony” in the state and the “strong predominance” of the Social Democratic Party (PSD) in Florianópolis. Despite the PSD’s electoral victories in the first post-war elections, campaign strategies and the vote distribution in areas with higher worker concentrations reveal new dimensions of political dynamics and popular demands during the period.

Keywords: 1945 and 1947 elections; Brazilian Communist Party; urban workers.

* Professor de História e Estudos Latino-Americanos no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: camilobuss@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7517-2136>.

Prólogo:

ALGUNS DIAS APÓS a eleição estadual em Santa Catarina, um jornal editado em Florianópolis denunciou uma troca de telegramas entre Irineu Bornhausen, candidato da União Democrática Nacional (UDN) a governador, e Luiz Carlos Prestes, nome maior do Partido Comunista do Brasil (PCB).¹ O jornal *O Estado*, cuja linha editorial vinculava-se ao Partido Social Democrático (PSD), afirmava também que havia uma coincidência de votos para candidatos comunistas a deputado estadual e o candidato udenista para governador do estado. Ou seja, os “comunistas” que votaram em candidatos do PCB para deputado estadual também haviam votado no candidato da UDN para governador. Segundo o periódico pessedista, a associação desses dois fatos, o telegrama e a coincidência de votos, seria a prova insofismável da “maquiavélica aliança, tipo abraço de tamanduá, da UDN com o PCB, urdida e objetivada nas trevas, num satânico esforço de mutuamente se iludirem e se traírem para levar na enxurrada dessa traição a honra, a dignidade e a consciência do eleitorado cristão”.² Mas, afinal, houve de fato tal “abraço de tamanduá”? É possível afirmar que os eleitores que votaram em candidatos comunistas a deputado estadual sufragaram também o candidato da UDN para o governo do estado? A polêmica envolvendo os comunistas de Santa Catarina, na eleição de 19 de janeiro de 1947, pode contribuir para a compreensão dos primeiros processos eleitorais do período pós-guerra, em especial em Santa Catarina, taxado como um “estado conservador”.

A pertinência desse adjetivo, “conservador”, advém da análise sobre as “raízes oligárquicas” que forjaram as disputas políticas no estado. Estudos sobre a política partidária e as disputas eleitorais entre 1945 e 1964, período em que pela primeira vez houve eleições diretas para os cargos representativos com voto universal (extensivo a homens e mulheres) e secreto, identificaram o “predomínio” de dois partidos tidos como conservadores: Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN). Legendas declaradamente voltadas aos trabalhadores teriam obtido pouca expressividade eleitoral em Santa Catarina. O Partido Comunista do Brasil (PCB), enquanto esteve na legalidade, alcançou resultados muito aquém de outros lugares do Brasil, como Santos e ABC Paulista. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi visto como uma “terceira força”, o “fiel da balança” que, com seu apoio, seria capaz de dar a vitória para um dos dois grandes partidos do estado, mas sem condições políticas de emplacar um candidato seu para o Executivo estadual. Esse cenário político seria a evidência inescapável de que haveria em Santa Catarina uma “hegemonia conservadora-oligárquica”.³

1 Parte das fontes jornalísticas utilizadas neste artigo foi consultada em formato físico, no acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Algumas edições não apresentam numeração de páginas, razão pela qual essas referências são indicadas como n.p. (não paginado).

2 RESTOS de uma vergonha. *O Estado*, Florianópolis, última página, n.p., 25 jan. 1947.

3 Há dois estudos considerados clássicos sobre a política catarinense que abordam essa perspectiva: CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. 1988. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina, LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

O PCB no pós-guerra: as eleições de 1945

MESMO ANTES do fim da guerra, o Brasil vivia um momento de intensa pressão pelo fim da ditadura do Estado Novo. Em 1942, o Brasil entrara na guerra ao lado dos Aliados, a despeito do modelo estadonovista se assemelhar aos regimes autoritários europeus contra os quais lutava. Os comunistas, na ilegalidade desde 1935, foram anistiados, e seu principal líder, Luiz Carlos Prestes, foi libertado do cárcere em abril de 1945. Dois meses antes, em fevereiro de 1945, Getúlio Vargas, pressionado por parte da sociedade que clamava por democratização, anunciou eleições diretas para presidente da República, Senado e Câmara Federal para dezembro daquele ano. Este seria o primeiro passo para a ocupação dos postos do sistema representativo brasileiro. Os parlamentares eleitos na esfera federal, em 1945, teriam a responsabilidade de elaborar uma nova Constituição. O processo de preenchimento dos postos representativos continuaria em janeiro de 1947, com a eleição para governadores e deputados estaduais. Por fim, entre setembro de 1947 e março de 1948, aconteceriam as eleições municipais para prefeitos e vereadores.⁴ O PCB, após uma década na ilegalidade e impulsionado pelo clima do pós-guerra, preparava-se para as disputas eleitorais.

No primeiro processo eleitoral, marcado para 2 de dezembro de 1945, disputaram a presidência da República dois candidatos notoriamente sem grande apelo popular. Dois militares. Eduardo Gomes (União Democrática Nacional) mobilizava amplos setores das classes média, dos intelectuais e das Forças Armadas, mas não os trabalhadores.⁵ Eurico Gaspar Dutra (Partido Social Democrático), apesar do apoio discreto do Partido Trabalhista Brasileiro, da máquina partidária do seu partido e de se colocar como sucessor de Vargas, também não empolgava. Em Santa Catarina, ambos os candidatos fizeram comícios e seus correligionários contavam com a vitória. Todavia, um dos fatores decisivos para o triunfo de Dutra foi a repercussão da frase atribuída ao brigadeiro, na qual ele desdenhava o voto dos “marmiteiros”.⁶ Em outras palavras, acusava-se o udenista de ser “o candidato das elites”.

4 NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. p. 91.

5 BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 45.

6 Segundo Hugo Borghi, líder trabalhista na época, foi ele o criador do fato. Ao escutar o discurso do brigadeiro pelo rádio, atentou para a frase: “Não necessito dos votos desta malta de desocupados que apoia o ditador para me eleger presidente da República”. Ao procurar no dicionário o significado de malta, Borghi observou que um dos seus sinônimos era “marmiteiro”. No dia seguinte, o trabalhista acionou uma cadeia de 150 rádios e fez a acusação: “A maior prova de que o senhor brigadeiro é o candidato dos grã-finos, dos milionários, dos ricos, dos barões, dos exploradores do povo é que ele declarou que não precisa do voto dos marmiteiros, que trabalham, que lutam.” Depoimento de Hugo Borghi ao CPDOC. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral, 1982. p. 51, 52 apud FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81.

Após a derrota de Eduardo Gomes, o *Diário da Tarde*, periódico sediado em Florianópolis, atacava Hugo Borghi enquanto autor da calúnia. Dizia que o político trabalhista enriquecera às custas do Estado. Afirmava que ele, há “dez anos passados”, era um “simples funcionário de banco em São Paulo”. No entanto, passados os anos, “possui milhões, a ponto de custear uma caríssima campanha queremista”. E finalizava: “Mas, passada a refrega, atingido o fim desonesto que tinha em vista [...] voltará à vida de nababo, e os pobres marmiteiros que continuam com sua marmitta vazia”. Fonte: POLITICANDO. **Diário da Tarde**, Florianópolis, , 17 dez. 1945.

Na medida em que se aproximava a data do pleito, os periódicos catarinenses vinculados ao PSD aumentavam o tom das críticas. A tônica da campanha passava a ser o repúdio ao candidato da UDN, que supostamente colocara-se contra os trabalhadores.⁷ Em contrapartida, o candidato pessedista fazia campanha citando Getúlio Vargas, com objetivo de se associar ao prestígio do ex-presidente junto às classes populares:

Marmiteiro! Em 2 de dezembro, com teu voto, darás resposta definitiva aos que tentaram humilhar-te. Ouve a voz daquele que, em S. Borja, continua pensando em ti, e ainda procura lutar em teu benefício. Honra teu macacão; a marmitta que usas não humilha, embora não seja artigo de luxo. A ordem de Getúlio Vargas é votar no general Eurico Dutra, o organizador das Forças Expedicionárias antifascistas.⁸

Os discursos pessedistas de apoio a Vargas, de reconhecimento da dignidade do “marmiteiro” e de crítica ao presidenciável udenista eram atravessados pela disputa política que se aproximava de seu final. A vitória do candidato do PSD foi sufragada pela maioria da população, numa campanha marcada por injúrias, agressões, denúncias e uso da máquina pública. A UDN repudiou a estratégia de seu adversário, considerada caluniosa. Ao reconhecer a derrota, os udenistas externavam a perspectiva que orientaria boa parte da lógica das disputas eleitorais no período de eleições diretas entre 1945 e 1964. Para os oposicionistas, Dutra e seus seguidores teriam contraído uma dívida de honra com a classe operária do país. Restaria à UDN fiscalizar o cumprimento das promessas feitas pelos vencedores: “queremos ver se a marmitta do trabalhador será de hora avante mais contemplada.”⁹

Na primeira eleição presidencial do período democrático, além dos candidatos citados, disputaram também Yedo Fiúza, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), e Mário Rolim Teles, pelo Partido Agrário Nacional (PAN). Teles teve votação irrisória, 10.008 votos no país. Fiúza, por sua vez, fez mais de meio milhão de votos, totalizando cerca de 10% dos eleitores. A votação expressiva dos comunistas consolidava as orientações do Comitê Central, que adotara o lema da “união nacional” e se dispunha a entrar no jogo democrático sem radicalismos. Era a posição de uma cúpula partidária sem discursos inflamados ou revolucionários. Para os comunistas, a redemocratização era o momento de se consolidar no espaço político nacional. Foi nesta perspectiva que o partido adotou o lema da “Constituinte com Getúlio”, em 1945, e manteve, até 1946, uma postura moderada pró-Dutra e em defesa das indústrias nacionais.¹⁰ A partir daquele ano, em muito devido às pressões do movimento operário organizado, passou a adotar, ainda que de forma cautelosa, uma atitude mais combativa.¹¹

7 Em destaque, na capa do jornal *O Estado*: NÃO SE distingue o eleitor pela vasilha em que come: marmitta ou prato de porcelana; ele se nobilita pela consciência com que vota, e esta pode ser de latão ou de cristal, conforme o propósito que o inspirar civicamente. *O Estado*, Florianópolis, p. 28 nov. 1945.

8 *O Estado*, Florianópolis, , 28 nov. 1945.

9 POLITICANDO. *Diário da Tarde*, Florianópolis, n.p., 17 dez. 1945.

10 SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (org.). *História do Brasil Republicano*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 52, 53.

11 De acordo com Daniel Aarão Reis, a III Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1946, recomendava o recurso a “formas de luta cada vez mais vigorosas, mas legais”. Citado em: REIS, Daniel Aarão. Entre reforma

A conjuntura social e política instava a organização dos trabalhadores, que tensionavam pela ampliação de seus direitos no início do governo do general Eurico Gaspar Dutra. Segundo John French, as greves, entre 23 de janeiro e 15 de março de 1946, envolveram “talvez 100.000 operários na região metropolitana de São Paulo.” No ABC Paulista, “pelo menos 10.000 operários, a quinta parte da mão de obra total, aderiu a esse surto de militância industrial”. Para o autor, a onda de greves estava relacionada ao dissídio coletivo, “novo mecanismo de negociação coletiva patrocinado pelo Estado” e implementado pela primeira vez em 1945-1946. O dissídio coletivo havia sido instituído pela CLT em 1943. Em setembro daquele ano, Vargas o suspendeu para evitar “perturbações em áreas da produção essenciais à segurança nacional.” Em 1945, e especialmente em 1946, o dissídio tornou-se relativamente comum.¹²

O desempenho eleitoral dos comunistas nas primeiras eleições do período democrático demonstrara a pujança do partido, sobretudo entre os trabalhadores urbanos. Yedo Fiúza foi o candidato mais votado em cidades com forte presença operária, como Santos, onde obteve 42% dos votos.¹³ Nas eleições para o Legislativo, os comunistas lograram ainda importante vitória, elegendo Luiz Carlos Prestes para o Senado e 14 deputados para a Assembleia Nacional Constituinte. O caráter popular dos parlamentares ligados ao PCB também destoava da configuração dos principais partidos. Dos dez parlamentares eleitos que declararam exercer atividades manuais, oito deles pertenciam ao PCB.¹⁴ A composição da bancada comunista contava com nomes que ficariam conhecidos posteriormente, como Carlos Marighella e Jorge Amado, mas também apresentava outras diferenças em relação aos demais partidos. Era a bancada com a média de idade mais jovem da Constituinte e com a maior porcentagem de parlamentares sem curso universitário, 62,5%.¹⁵ O PCB iniciava sua trajetória na legalidade com rostos novos e matriz popular.

Os bons números do PCB no pleito de 1945 podem ser explicados tanto por sua atuação nos bairros operários, através dos Comitês Democráticos Populares, quanto pela criação de células nos locais de trabalho. Assim, nos bairros, os comunistas buscavam se envolver e discutir demandas urbanas como habitação e custos dos gêneros de primeira necessidade. Nos locais de trabalho, criaram células por categoria, de modo a discutir problemas e reivindicar

e revolução: a trajetória do Partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org.). **História do marxismo no Brasil**. v. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 102.

12 Em 1945, houve 134 dissídios e em 1946, 420. Em fins da década de 1940, o número voltou a decair como parte da ação anti-operária do governo Dutra. Ver: FRENCH, John D. **O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950**. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995. p. 151-159.

13 SILVA; NEGRO, op. cit., p. 53.

14 BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

15 SOTERO, Edilza. **Os candidatos do povo: o PCB e a construção do candidato ‘popular’ (1945-1948)**. Comunicação apresentada no 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 27-31 out. 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/9478/2014_sotero_candidatos_povo_pcb.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 set. 2024.

direitos, participando de passeatas, comícios, campanhas de sindicalização e greves.¹⁶ De acordo com Buonicore, o PCB chegou a quase 200 mil filiados em 1946, com cerca de 500 células comunistas no Rio de Janeiro e 361 células em São Paulo.¹⁷

Ficava claro que os comunistas eram atores importantes nos arranjos políticos do início do período democrático. Atuavam junto às classes trabalhadoras e organizavam-se para ampliar seus espaços de atuação através do processo eleitoral. Os resultados do PCB, principalmente nos ambientes urbanos, demonstravam que o período de democratização tinha um componente que deveria ser considerado: o trabalhador na condição de eleitor e suas demandas por direitos historicamente denegados.

A UDN explica a derrota na eleição de 1945: o eleitorado catarinense tem “prazer em dar o lombo ao relho”

ANTES MESMO do encerramento da apuração dos votos, os udenistas catarinenses já demonstravam sua contrariedade com o possível resultado negativo. Durante o processo eleitoral, denunciaram o uso da máquina pública por parte dos pessedistas para comprar votos e transportar eleitores. Afinal, a escolha dos cargos públicos via eleições trazia consigo a aspiração pela alternância de poder.

José Medeiros Vieira, articulista do *Diário da Tarde*, com sede em Florianópolis e porta-voz da UDN no estado de Santa Catarina, expressou sua revolta “em face da vocação irresistível que certa gente sente para a senzala, para o chicote”. Aos democratas, que não se conformavam “com a tara que arraste, em meio a uma volúpia libidinosa, bom número de pessoas (pobres escravos brancos de alma preta!) para o cativo merecido”, que mantivessem o ânimo. Abominassem os indignos, “que têm prazer em dar o lombo ao relho”.¹⁸ Em outra reportagem do periódico vespertino, os resultados parciais da apuração, dando ampla vitória para Dutra no estado, faziam o articulista lamentar aquela que seria uma vitória das ditaduras, do Estado Novo e, em última análise, do fascismo. Isso porque o candidato pessedista teve, em Santa Catarina, o apoio, além do ex-presidente Getúlio Vargas, do Partido de Representação Popular, agremiação do integralista Plínio Salgado.¹⁹

No entanto, no final de dezembro de 1945, o jornal udenista sinalizava uma mudança de discurso que preconizaria uma alteração de perspectiva para as eleições seguintes,

16 SILVA; NEGRO, op. cit., p. 54.

17 BUONICORE, Augusto. Partido Comunista do Brasil – 1943 a 1947: da Conferência da Mantiqueira à cassação sob o governo Dutra. **Princípios**, n. 65, maio/jun./jul. 2002. p. 59-63, 67. Disponível em: <https://grabois.org.br/2002/05/01/partido-comunista-do-brasil-1943-a-1947-da-conferencia-da-mantiqueira-cassao-sob-o-governo-dutra-2/>. Acesso em: 16 set. 2024.

18 VIEIRA, José Medeiros. Trânsito interrompido. **Diário da Tarde**, Florianópolis, n.p., 4 dez. 1945.

19 O Partido de Representação Popular de Santa Catarina, em nota no jornal *O Estado*, afirmou que apoiava a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra porque o candidato udenista, brigadeiro Eduardo Gomes, tinha entre seus apoiadores membros da Esquerda Democrática. Por isso, como partido “essencialmente anticomunista”, não poderia “estar ao lado dos esquerdistas do brigadeiro, que não passam, em sua maioria, de comunistas dissidentes”. Fonte: O PARTIDO de Representação Popular e as eleições. **O Estado**, Florianópolis, n.p., 24 nov. 1945.

marcadas para 19 de janeiro de 1947. O jornal conclamava os trabalhadores que entregaram seu voto em troca de “roupa nova, calçado e chapéu”, para que cobrassem dos “nababos”, que “só lembram o que os pobres precisam nas vésperas da eleição”. Afirmava que Dutra e o PSD haviam contraído uma “dívida de honra” com a classe operária do país, e que eles, a oposição, seriam “fiscais do pagamento integral da promessa”. Por fim, lançava o desafio: “queremos ver se a marmita do trabalhador será de hora avante mais contemplada e se o dinheiro dos institutos, ao invés de ser dado para especulação, irá construir casas higiênicas e confortáveis para o operário”.²⁰

A UDN mudava o discurso. Inicialmente, a reação à derrota eleitoral foi de repúdio aos eleitores que sufragaram o candidato adversário. Através de expressões preconceituosas, o “partido do lenço branco” atribuiu a identificação dos trabalhadores com os políticos pessedistas do estado a uma “vocação para a senzala” ou ao “prazer em dar o lombo ao relho”. No entanto, as últimas reportagens daquele ano evidenciavam que a UDN aprendera com a derrota no pleito e sinalizava mudanças de estratégia para os próximos embates: era preciso disputar o apoio das classes trabalhadoras.

A eleição de 19 de janeiro de 1947 e a disputa pelo voto do trabalhador

MARCADA PARA o dia 19 de janeiro, a nova eleição decidiria o governador do estado, a composição da Assembleia Legislativa, duas vagas para o Senado e uma vaga para a Câmara Federal.²¹ Os preparativos para o pleito começaram tarde. O PSD definiu seu candidato apenas no dia 17 de novembro de 1946. Aderbal Ramos da Silva, empresário, sobrinho de Nereu Ramos e dono do jornal *O Estado*, foi o escolhido. Aderbal seria o “continuador de um programa administrativo que, antes de tudo, acolherá a necessidade dos pequenos e dos humildes”.²²

A UDN deliberou oficialmente seu candidato ao governo apenas na convenção dos dias 23, 24 e 25 de novembro. Irineu Bornhausen, empresário da cidade de Itajaí e cunhado de Adolfo Konder, seria o nome do partido para o Executivo estadual. Visto como “industrial progressista” e “empreendedor das mais avançadas ideias”, era também, segundo o *Diário da Tarde*, “conhecedor das necessidades do povo, porque nele nasceu e com ele se criou”.²³ Irineu Bornhausen, entretanto, não poderia ser considerado um “homem do povo”. Proveniente de uma família tradicional de Itajaí, Irineu era dono do Banco Inco e fora prefeito

20 POLITICANDO. *Diário da Tarde*, Florianópolis, n.p., 17 dez. 1945.

21 Deveria haver apenas uma vaga ao Senado. Todavia, com a ascensão de Nereu Ramos à vice-presidência da República, mais uma cadeira estava em disputa. Para deputado federal, a vaga foi ofertada em virtude do falecimento do deputado Altamiro Lobo Guimarães, eleito em 1945. Ver: LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina (1945-1964)**. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1985. 336 f. p. 134, 140.

22 Convenção do Partido Social Democrático. *O Estado*, Florianópolis, p. 18 nov. 1946.

23 Industrial Irineu Bornhausen. *Diário da Tarde*, Florianópolis, primeira página, n.p., 26 nov. 1946.

de sua cidade natal, nos períodos de 1927 a 1930 e de 1935 a 1939, neste último sendo nomeado pelo então interventor Nereu Ramos.²⁴

O PTB, terceira força política do estado, deliberou por se aliar com o PSD. Todavia, a decisão foi imersa em polêmica. Na convenção estadual, dos 50 votos, 24 optaram pela candidatura própria, dois pela aliança com Irineu Bornhausen e outros 24 pela aliança com o PSD. Coube ao presidente Aristides Largura o voto de Minerva. O trabalhista, então, decidiu em favor da coligação com o PSD.²⁵ No arranjo político das siglas, ficou acordado que o PTB ganharia no futuro governo a quantidade de secretarias correspondente ao número de deputados eleitos.²⁶

O PCB não ficou ausente da disputa eleitoral. Enquanto legenda declaradamente popular, fez articulações tanto na eleição de janeiro quanto na de novembro de 1947. Contudo, o partido é citado poucas vezes nos periódicos catarinenses durante a campanha para o governo do estado. Numa das poucas menções aos comunistas feitas em jornais de Florianópolis, capital de Santa Catarina, *A Gazeta*, de Jairo Callado e, naquele momento, alinhada ao PSD,²⁷ publicou artigo de repúdio ao “comunismo ateu”. Afirmava que, enquanto órgão pessedista, não poderia “cruzar os braços pusilanimemente ante a ação solerte dos que trocaram a bandeira do Brasil pela bandeira da Rússia e desejam subverter a tradição religiosa da nossa gente”.²⁸

Estes dois elementos, religiosidade e nacionalismo, usados em conjunto para desqualificar os comunistas, acarretavam um peso eleitoral difícil de mensurar para quem desejasse se aproximar do partido. Isto porque, se, por um lado, o apoio dos militantes vermelhos era desejado, em decorrência de sua proximidade junto às classes trabalhadoras, por outro, o apoio explícito desta facção poderia acarretar forte rejeição ao candidato. O ideal, tanto para a UDN quanto para o PSD, seria ganhar o apoio dos comunistas sem, no entanto, precisar explicitá-lo. Nessa perspectiva, o discurso udenista durante o pleito e as denúncias divulgadas amplamente nos periódicos após as eleições, o “abraço de tamanduá”, permitiram-nos matizar melhor o posicionamento do PCB no contexto político catarinense.

A UDN não pensava em disputar a eleição sozinha. A Comissão Executiva Estadual, “contrariando o ponto de vista de alguns bravos, excelentes e dignos correligionários”, resolveu buscar entendimento com as “demais organizações democráticas que militam no estado”.²⁹ Tanto UDN quanto PSD queriam o apoio de legendas que tivessem apelo popular. Em reunião do diretório estadual, em dezembro de 1946, Adolfo Konder, principal líder udenista em Santa Catarina, deixaria clara a orientação que a UDN catarinense teria

24 GOVERNADORES de Santa Catarina. **Diário Catarinense**, Florianópolis, Caderno Especial, n.p., 25 nov. 1993.

25 ALIANÇA entre o PSD e o PTB. **A Gazeta**, Florianópolis, n.p., 18 nov. 1946.

26 ACORDO entre PSD e PTB. **O Estado**. Florianópolis, n.p., 18 nov. 1946.

27 A expressão “naquele momento”, deve-se ao fato de que o jornal *A Gazeta* estava alinhado ao PSD até 1950, quando a UDN vence a eleição para o governo do estado. Após isso, o periódico muda de posição e passar a apoiar os udenistas.

28 OS COMUNISTAS exigem de “A Gazeta”. **A Gazeta**. Florianópolis, n.p., 14 jan. 1947.

29 PALAVRAS da exposição do Dr. Adolpho Konder. **Diário da Tarde**, Florianópolis, n.p., 27 nov. 1946.

para o pleito de janeiro de 1947: “Abandonando a direção conservadora da direita, a política orienta-se, hoje em dia, no sentido da esquerda, empenhada em atender, em considerar as reivindicações das classes menos favorecidas pela fortuna – que formam a massa dos empregados, dos trabalhadores, dos assalariados – sem pretender atingir porém a ‘curva extrema do caminho extremo’.”³⁰ Para o presidente estadual do partido, era preciso que a UDN se aproximasse das classes trabalhadoras.

A disputa pelo apoio dos trabalhadores fica mais clara a menos de um mês para o pleito. O *Diário da Tarde*, periódico udenista, trouxe uma reportagem sobre um boletim – produzido em Joinville e acompanhado de 227 assinaturas – que convocava o eleitorado trabalhista a votar em Irineu Bornhausen. O redator da matéria afirmava que, “contrariamente ao que afirmou a imprensa oficiosa”, o PTB estaria dividido. Uma parte, “levada pelo acordo realizado pelo Sr. Aristides Largura com o PSD”, apoiava a candidatura de Aderbal Ramos da Silva. Entretanto, outra parte, “adversa a este acordo, que feriu os interesses do PTB e, principalmente, a ética partidária”, estaria, “de forma espontânea e progressivamente avassaladora”, ao lado “do legítimo candidato do povo: o Sr. Irineu Bornhausen”. O documento repudiava a aliança feita por “alguns chefes do PTB”. Afirmava que, seguindo as orientações de Getúlio Vargas, os operários votaram em Dutra, e o resultado foi “a agravação de nossos males, o aumento de nossas necessidades”. Uma vez que não era possível apresentar candidato próprio, “devemos votar em Irineu Bornhausen, que de origem humilde e pobre, como nós, há de sempre lembrar-se dos que trabalham”. E completava: “Irineu venceu na vida trabalhando, e os trabalhadores não de fazer com que ele vença nas eleições, para a felicidade dos trabalhadores de Santa Catarina e do Brasil.”³¹

A UDN investia em desestabilizar a aliança PSD-PTB, apostando nas dissensões entre os trabalhistas. Evidentemente, a produção de um documento asseverando apoio a Irineu não soa nem um pouco espontânea. Parece mais uma estratégia política de fragilizar a aliança situacionista do que a expressão de um movimento “progressivamente avassalador” que estaria levando os trabalhadores a apoiar a candidatura udenista. A construção discursiva de um homem de raiz “humilde e pobre” que “venceu na vida trabalhando” buscava criar uma identificação positiva de Irineu Bornhausen junto às classes trabalhadoras. Portanto, o manifesto, assinado por mais de duas centenas de trabalhadores, tinha caráter de um documento racionalmente produzido pelos udenistas com o fito de atender a seus interesses político-eleitorais. A UDN apostava parte de suas fichas numa possível dissonância entre base e cúpula do PTB para angariar votos do operariado catarinense. Outra parte estava investida em um outro partido de base popular, cuja influência sobre o eleitorado do estado ainda era difícil de mensurar. No entanto, o PSD, atento ao movimento dos seus opositores, tratou de denunciar uma suposta aproximação entre UDN e PCB em Santa Catarina.

30 PALAVRAS do discurso proferido pelo Sr. Adolpho Konder. *Diário da Tarde*, Florianópolis, n.p., 6 dez. 1946.

31 INÚMEROS “trabalhistas” apoiam a candidatura Irineu Bornhausen. *Diário da Tarde*, Florianópolis, n.p., 27 dez. 1946.

A 12 dias do pleito, o jornal udenista disparava contra os adversários, criticando a estratégia pessedista de “capturar votos dos católicos”. Segundo a matéria, o PSD lançaria, nos dias seguintes, uma “arma secreta” capaz de “neutralizar as simpatias do nosso povo pela já vitoriosa candidatura de Irineu Bornhausen”. Sem mencionar qual seria a referida “arma”, o periódico assegurava que a UDN não se aliara a nenhum partido, mantinha-se “sem acordo, combinações ou cambalachos”. E reforçava que a chapa udenista era composta, “na sua totalidade, por católicos e quase todos eles praticantes”. Todavia, a campanha estaria pautada por um programa de governo e pelo cumprimento de sua plataforma, destinada a um eleitorado livre. Sendo assim, não caberia ao partido negar o voto de quem quer que fosse. E, finalmente, afirmava que a chapa pessedista contaria com anticlericais confessos e ativos, que frequentam as igrejas apenas para “cavar o voto dos católicos de boa-fé, iludidos pela hipocrisia farisaica dos que nos querem vencer pela mentira e pela fraude”.³²

A “arma secreta” seria explicitada na edição do dia seguinte. O *Diário da Tarde* rebatia anúncio publicado no jornal *A Notícia*, da cidade de Joinville, no norte do estado. O periódico joinvilense concitava os católicos a ficarem alertas, pois a UDN formalizaria, nos dias seguintes, um acordo com os comunistas, a exemplo do que havia sido feito em São Paulo. O jornal de Adolfo Konder rebateu a acusação trazendo à tona as dissidências na aliança PSD-PTB no estado. Completava reafirmando que Irineu não rejeitava o voto de “nenhum filho de Santa Catarina”, e que caberia ao eleitor escolher aquele que tivesse as melhores propostas. A “arma secreta” pessedista era, portanto, uma tentativa de “perturbar a consciência da população católica, numa exploração que não chega a ser criminosa porque é supinamente ridícula”.³³

As denúncias de ligação entre os udenistas e o PCB tinham ao menos dois objetivos diretos: 1. afastá-los dos eleitores ligados à Igreja; 2. motivar uma declaração pública da UDN de repúdio ao comunismo. É difícil dimensionar a eficácia do primeiro. O segundo, ao menos durante o período eleitoral, não aconteceu.

Durante o pleito, não houve provas de apoio do PCB à UDN. Todavia, o discurso de Adolfo Konder, alertando seus correligionários de que a política daqueles tempos guinava à esquerda, e a retórica udenista de não negar o voto de “nenhum filho de Santa Catarina” e que o eleitor votasse naquele “que melhor programa de governo apresentar”, indicava que, no mínimo, era possível o diálogo. O sucesso ou não de uma suposta aproximação dependeria da plataforma dos movimentos de campanha adotados.

Não são poucas as reportagens em que o *Diário da Tarde*, periódico vinculado à UDN, demonstra sua preocupação com o operariado. Dez dias antes da eleição, o jornal estampava em primeira página a matéria: “Como o ‘pessedismo’ trata os operários!”. Citava a intervenção policial impedindo a Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, na sede do Sindicato dos Empregados em Hotéis. Como resultado, os convocadores foram

32 A DESMORALIZADA “arma secreta”. *Diário da Tarde*, Florianópolis, n.p., 7 jan. 1947.

33 PARTINDO em colmilhos a intriga pessedista. *Diário da Tarde*, Florianópolis, n.p., 8 jan. 1947.

presos e a sede fechada. Assim, o jornal protestava: “Os sindicatos continuam sob o regime policial e ministerial, sem que seus membros possam convocar assembleias gerais, porque o ministro do Trabalho ou a polícia aparece e expulsa ou prende os responsáveis pela convocação”.³⁴ Em outros termos, o periódico udenista oferecia a primeira página de sua edição para repudiar ações policiais contra uma assembleia organizada por um sindicato da capital, o da construção civil.

Numa primeira análise, podemos apurar que o preenchimento de um espaço em destaque no jornal – destinado a reverberar as ações de intransigência policial no Sindicato da Construção Civil – denota a tendência, explicitada em linhas anteriores, de aproximação da UDN junto às classes trabalhadoras. Entretanto, um olhar acurado possibilita-nos enxergar nuances desta relação que aproximam, no pleito de janeiro de 1947, o “partido da eterna vigilância” dos comunistas.

De acordo com as memórias de Manoel Alves Ribeiro, eletricista e conhecido militante vermelho, o Sindicato da Construção Civil era “o mais revolucionário e liderava os demais sindicatos da capital”. Segundo ele, “a maioria dos operários, militantes do PCB, vinham da construção civil”.³⁵ Segundo anotações da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), Mimo, como era conhecido, era um “velho militante comunista” e ocupava cargo no Comitê Municipal do PCB em Florianópolis, eleito em 1946.³⁶ O relato do militante, embora inspire cuidado devido ao uso abusivo dos superlativos, merecendo ainda a devida relativização em virtude dos percalços mnemônicos, sugere uma relação entre sindicato e partido que torna mais complexa a reportagem estampada na primeira página do *Diário da Tarde*.

Ora, o Sindicato da Construção Civil, considerado um dos mais ativos da cidade e com forte presença de militantes comunistas, teve, naqueles últimos dias de campanha eleitoral, o poder de pautar a primeira página de um dos principais jornais da capital de Santa Catarina: o periódico vinculado à União Democrática Nacional. Se isto, por si só, não é o suficiente para referendar uma união tácita entre udenistas e comunistas, parece crível inferir que havia um aceno por parte do periódico aos trabalhadores de modo geral e, de forma particular, ao sindicato com forte presença de militantes comunistas.

No mesmo dia, porém sem o destaque da página inicial, o *Diário* publicou um manifesto aos “operários e trabalhadores de Santa Catarina”. O documento apelava aos trabalhadores para que votassem em Irineu Bornhausen por ter apresentado as melhores propostas. Criticava duramente Aderbal Ramos da Silva, afirmando que, nos tempos de deputado federal, votou contra o direito de greve, “única arma pacífica com a qual os trabalhadores tinham o direito de pedir mais pão para si e seus filhos”. Acusava-o também de demagogia em seus discursos. Afinal, teria ele dito que “tiraria de quem tem para dar a quem não tem”. Todavia, concluía o

34 COMO o “pessedismo” trata os operários! *Diário da Tarde*, Florianópolis, n.p., 9 jan. 1947.

35 RIBEIRO, Manuel Alves. **Caminho**. 2ª ed. Florianópolis: Guarapuvu, 2001. p. 88, 89.

36 DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. **Divisão Central de Informações – SC**. nº 771e/Top. 88. Arquivo Público do Paraná.

manifesto, o candidato pessedista, em suas oficinas e indústrias, “mantém operários com o ‘salário-fome’ de 13 a 15 cruzeiros diários”. Ao final, conclamava: “Trabalhadores e operários, não temos que vacilar. Às urnas, pois, em 19 de janeiro, com Irineu Bornhausen, para felicidade de Santa Catarina.”³⁷

A quatro dias do pleito estadual, o vespertino udenista publicava em destaque uma carta do operário João dos Passos Xavier, expoente pessedista junto às classes trabalhadoras. Figura ativa nos comícios do PSD na eleição anterior de 1945, o líder operário, nos últimos momentos daquela eleição, rompia com o partido e declarava apoio ao candidato oposicionista. Em sua carta, dizia-se desiludido com o PSD, no qual apenas sentiu o “desejo de um grupo pelo mando, fazendo do operário escada para subir. O povo foi sempre mantido na ilusão, sem nunca poder ver realizada sua esperança de bem-estar e da felicidade coletiva”. Ao desenvolver sua crítica, Xavier reivindicava mais espaço para os trabalhadores na chapa pessedista: “O operário só é lembrado em vésperas de eleições, para instrumento da sua cobiça. Uma prova disso está na exclusão de sua chapa do nome de um operário, evidenciando o desejo de estar distanciado da grande classe dos trabalhadores”. O operário e ex-líder pessedista finalizava sua explanação concitando os trabalhadores a votarem em Irineu Bornhausen, “saído de nossa classe e, por isso, conhecedor das nossas aflições e das nossas necessidades”.³⁸

A dissidência de um líder operário e sua incursão às fileiras udenistas foi destaque em primeira página no dia seguinte. De acordo com o periódico udenista, aquela adesão era expressiva, visto que vinha com uma declaração de João dos Passos Xavier de que “o PSD não respeita a dignidade dos trabalhadores e só sabe explorá-los nas vésperas das eleições”.³⁹ No entanto, as disputas políticas não se restringiram à conquista do eleitorado ou ao cortejo dos trabalhadores. As rivalidades partidárias resultariam, novamente, em violência.

O principal episódio aconteceu na capital do estado, no dia dos comícios de encerramento das campanhas de Irineu Bornhausen e Aderbal Ramos da Silva. De acordo com o periódico da UDN, ao chegar, Irineu fora recebido por uma multidão que o carregou nos ombros até a residência de João Zacarias, no bairro do Estreito, parte continental da cidade, “de cujas janelas os oradores fariam”. Após o evento, o candidato tomou um “carro de cavalos”, seguido de “automóveis e caminhões” e que “lentamente rodou até a cidade, acompanhado de enorme multidão”, estacionando no Largo do Fagundes, onde se realizaria o comício. Entre os oradores, o operário João dos Passos Xavier, que há poucos meses subira no palanque adversário. Apesar da chuva, o jornal destacava que caminhões “repletos de udenistas” vieram das cidades vizinhas de Palhoça, São José e Biguaçu para prestigiar o evento.⁴⁰

O candidato pessedista, por sua vez, realizou seu comício na Praça Pereira Oliveira. De acordo com *A Gazeta*, a “enorme afluência” já era esperada, uma vez que os florianopolitanos

37 OPERÁRIOS e trabalhadores. *Diário da Tarde*, Florianópolis, n.p., 9 jan. 1947.

38 XAVIER, João dos Passos. Aos operários e trabalhadores. *Diário da Tarde*, Florianópolis, n.p., 15 jan. 1947.

39 VALIOSA adesão de um líder trabalhista. *Diário da Tarde*, Florianópolis, n.p., 16 jan. 1947.

40 COM CHAVE de ouro. *Diário da Tarde*, Florianópolis, n.p., 17 jan. 1947.

queriam manifestar “publicamente seu apoio ao filho da terra, na luta contra candidatos distanciados do nosso povo e alheio às nossas necessidades”.⁴¹ Dois comícios, programados para o mesmo dia, contando com amplo número de correligionários e em palanques separados por algumas centenas de metros. Foi nesse quadro que o principal episódio de violência daquele pleito ocorreu.

De acordo com a descrição dos udenistas, após os comícios, muitos correligionários de ambos os partidos tomaram os bares e cafés onde, “de vez em quando, erguiam vivas ao candidato de sua simpatia”. Alguns udenistas concentraram-se na Confeitaria do Chiquinho, situada na Rua Felipe Schmidt. “Inesperadamente”, aproximou-se do grupo o sobrinho de um deputado federal pessedista, “dando vivas ao Sr. Aderbal Ramos”. As provocações continuaram até que um correligionário udenista “se ergueu e revidou da maneira que melhor lhe pareceu”. Estabeleceu-se o conflito generalizado, pois logo “elementos aderbalistas” vieram para socorrer seu par, o que, segundo a versão dos narradores, “prova que o indivíduo provocador não agira por conta própria”. A polícia, a seguir, entrou em ação. Invadiu a Confeitaria do Chiquinho, “distribuindo golpes por todos os lados”. Um policial, ao desferir um golpe de cassetete em um civil, recebeu de volta uma garrafada na cabeça. Na rua, “os cavalarianos, com os sabres desembainhados, avançavam contra as pessoas que afluíam ao local do conflito”. No entanto, afirmavam os udenistas, todas as pessoas “pisadas por essa truculência [...] eram simpatizantes da UDN”.⁴²

Já os pessedistas rebatiam a versão do *Diário da Tarde*. Diziam que, ao longo do dia, caminhões traziam udenistas do interior da ilha e do continente para o comício a ser realizado no Largo do Fagundes. Acontece que, muitos deles, vinham “em absoluta desordem, gritando com entusiasmo o nome de Irineu”. “Desembarcados”, muitos desses correligionários, ao invés de se dirigirem ao local do comício, ficaram a “esvaziar copos”. Aqueles que bebiam na Confeitaria do Chiquinho, segundo relato dos pessedistas, estavam “aos berros, provocações e terras”. O conflito se sucedeu, portanto, em virtude de uma reação à balbúrdia provocada pelos udenistas. A conduta policial, nesse sentido, merecia “os mais calorosos aplausos”, uma vez que agiu de modo a “restabelecer a ordem”.⁴³

A despeito das provocações e violências perpetradas pelos partidos, o pleito de janeiro de 1947 foi marcado pela disputa pelo voto do “eleitor-trabalhador”. A UDN, de forma clara, e diferentemente do pleito de 1945, adotou um discurso favorável aos trabalhadores, defendendo o direito de greve, a ampliação do espaço destinado ao operariado nas chapas e criticando o candidato adversário por pagar um “salário-fome” aos seus empregados. Buscava aproximar-se tanto do eleitorado trabalhista quanto do comunista, atribuindo o poder de decisão às classes populares. Durante a apuração, correligionários de ambos os lados estavam otimistas.

41 VÉSPERA de estrondosa vitória. **A Gazeta**, Florianópolis, n.p., 17 jan. 1947.

42 COMO a polícia tratou o povo. **Diário da Tarde**, Florianópolis, n.p., 17 jan. 1947.

43 ROSETANDO. **O Estado**, Florianópolis, n.p., 18 jan. 1947. QUE o povo veja. **O Estado**, Florianópolis, n.p., 19 jan. 1947.

Os resultados de 1947: o abraço de tamanduá da UDN no PCB catarinense

O RESULTADO das eleições, mais uma vez, favoreceu os pessedistas. Para o governo, Aderbal Ramos da Silva obteve 51,3% dos votos, contra 43,1% de Irineu Bornhausen. Para o Senado Federal, o partido situacionista também elegeu seus dois candidatos, Francisco Benjamin Gallotti e Lúcio Corrêa, com 50% e 49,8% dos votos, respectivamente, deixando para trás Adolfo Konder e João Bayer Filho, com 40,1% e 40% dos eleitores. O partido de Nereu Ramos, vice-presidente da República, também conseguiu folgada maioria parlamentar. Das 37 cadeiras disponíveis na Assembleia Legislativa, o PSD ficou com 21. A UDN com 13. O PTB com duas e o PRP com uma. Os comunistas não conseguiram eleger nenhum representante.⁴⁴

Encerrado o pleito, e com a apuração indicando a vitória pessedista em Santa Catarina, volta à tona a suposta “aliança secreta” entre UDN e PCB. O acordo entre os partidos teria como prova um telegrama de Irineu Bornhausen a Luiz Carlos Prestes, publicado no jornal *Tribuna Popular*, periódico ligado ao Partido Comunista, situado na capital federal, no dia 22 de janeiro. A *Gazeta* transcreveu o conteúdo publicado no jornal carioca:

O Sr. Irineu Bornhausen, candidato da UDN ao governo de Santa Catarina e que conta com o apoio do Partido Comunista do Brasil naquele estado, endereçou ao Sr. Luiz Carlos Prestes o seguinte telegrama: “Agradecendo as saudações e votos pela vitória de minha candidatura formulada pelo PCB, aproveito a oportunidade para ressaltar que a orientação da campanha neste estado norteou-se pelo objetivo de concorrer para a efetivação do verdadeiro regime democrático, ainda não atingido em sua plenitude em nosso país. Saudações (a.) Irineu Bornhausen”.⁴⁵

Nos dias seguintes, os órgãos pessedistas trataram de explorar o diálogo entre o candidato udenista e o líder do PCB. O jornal *O Estado* relacionava a aproximação entre udenistas e comunistas para explicar as táticas eleitorais dos opositoristas: ao estender “a mão ao comunismo”, acabou sendo por ele influenciada “no desencadeamento de ódios, para levar ao espírito da família catarinense a impressão de um ambiente de anarquia e insegurança”. Por fim, o jornal apelava ao nacionalismo para se contrapor àqueles que faziam, “nas trevas, acordos secretos com os inimigos do Brasil, prontos a pegarem em armas contra sua própria pátria para servirem aos apetites internacionalistas da Rússia”.⁴⁶

A aliança foi explorada em *A Gazeta*, outro periódico vinculado ao PSD, como uma “traição à família cristã catarinense”. E a prova da referida conspiração estava no mapeamento posterior dos votos para a legenda comunista. Segundo o jornal, na

44 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. **Resenha eleitoral**: nova série. Florianópolis: TRESC, 2001.

45 Trecho transcrito na edição de 22 de janeiro do jornal *Tribuna Popular* e publicado em *A Gazeta*. IRINEU Bornhausen a Prestes. **A Gazeta**. Florianópolis, n.p., 23 jan. 1947. Para a edição do jornal carioca ver: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/154547/4060>. Acesso em: 8 jan. 2024.

46 CONTRA o povo e contra a pátria. **O Estado**, Florianópolis, n.p., 24 jan. 1947.

4ª seção da 12ª Zona Eleitoral, a chapa de deputados pessedistas vencera por quatro votos. Entretanto, Irineu fizera 48 votos a mais do que Aderbal Ramos. Ainda segundo o periódico, naquela seção teriam votado 47 comunistas.⁴⁷ Mas, afinal, como poderia o jornal saber como votavam os comunistas? Ou seja, saber que 47 comunistas haviam votado na 4ª seção da 12ª Zona Eleitoral?

O cálculo era simples e pode ser explicado pelo formato de votação. O Decreto-Lei nº 7.586, de 14 de maio de 1945, conhecido como Lei Agamenon, em reconhecimento ao ministro da Justiça Agamenon Magalhães, maior responsável por sua elaboração, regulamentou as primeiras eleições do período pós-guerra. Até 1955, não existia cédula única oferecida pela Justiça Eleitoral. Portanto, eram os partidos que, na maioria dos casos, distribuíam cédulas de seus candidatos aos seus eleitores. O eleitor comparecia ao local de votação, apresentava seu título eleitoral, recebia uma sobrecarta, espécie de envelope, e dirigia-se à cabine de votação. Ali, colocava na sobrecarta as cédulas eleitorais que trazia consigo e a depositava na urna.⁴⁸

Na eleição de janeiro de 1947, o eleitor catarinense votaria com cinco cédulas: governador, dois votos para o Senado, uma cédula para a votação suplementar para deputado federal e deputado estadual. Esse formato de votação explica as denúncias de que militantes partidários estariam distribuindo cédulas de seus candidatos nos locais de votação – o que era proibido – ou mesmo arrancando das mãos de eleitores cédulas de candidatos adversários. Para saber em quem os “comunistas” teriam votado para governador, durante a apuração, os partidos fiscalizavam as sobrecartas que contivessem votos para os candidatos do PCB a deputado estadual e observavam em qual candidato a governador o suposto militante vermelho teria votado. Deduzia-se ser comunista, portanto, aquele que votasse em candidato do PCB – o que não era necessariamente verdade. Por conseguinte, a coincidência de cédulas de candidatos comunistas e de Irineu Bornhausen em uma mesma sobrecarta referendaria o acordo secreto entre a UDN local e Prestes.

No bairro Saco Grande, a legenda udenista para deputado estadual somara 35 votos. Os “moscovitas” fizeram 12. A votação de Irineu Bornhausen no bairro foi a soma das duas legendas, 47. No Grupo Escolar Silveira de Souza, 5ª seção da 12ª Zona Eleitoral, houve também coincidência. A legenda udenista alcançara 117 sufrágios e a comunista 37. Irineu, na mesma seção, obtivera 154 votos.⁴⁹ Em Rerituba, a UDN obtivera 89 votos e o PCB 12. Houve ainda um voto anulado por conter dois nomes para deputado. A votação do candidato udenista ao governo foi 103, a soma exata das legendas mais o voto anulado.⁵⁰

O telegrama de Irineu a Prestes, associado às coincidências de votos comunistas para deputado e udenista para governador, seriam a prova cabal da “maquiavélica aliança,

47 A ALIANÇA secreta entre a UDN e os comunistas foi uma traição à família cristã catarinense. **A Gazeta**, Florianópolis, n.p., 23 jan. 1947.

48 NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. p. 101.

49 COM A foice, a cruz e o martelo. **O Estado**, Florianópolis, n.p., 24 jan. 1947.

50 CUMPRINDO o acordo secreto. **O Estado**, Florianópolis, n.p., 25 jan. 1947.

tipo abraço de tamanduá, da UDN com o PCB, urdida e objetivada nas trevas, num satânico esforço de mutuamente se iludirem e se traírem para levar na enxurrada dessa traição a honra, a dignidade e a consciência do eleitorado cristão”. Os eleitores, “surdos aos alertas diários” do periódico situacionista, protestavam tardiamente “contra o dolo político de que foram vítimas, e que os levou a contaminarem sua consciência católica com o iodo vermelho de Moscou”.⁵¹

O jornal udenista retrucou as acusações adversárias. As reportagens publicadas nos periódicos do PSD tinham como objetivo gerar “confusão entre o povo”, sobretudo, nos “católicos desprevenidos”. Afinal, se a coincidência de sufrágios em candidatos comunistas e no candidato udenista significava um pacto entre os partidos, como os pessedistas explicariam os 36 votos comunistas que foram para Aderbal Ramos da Silva na 13ª Zona Eleitoral?⁵² Os comunistas, explicava o jornal, ao contrário do PRP, que apostara na candidatura fracassada de Carlos Sada, ou votariam em branco ou em algum candidato.

O periódico da UDN contra-atacou afirmando que houve um encontro entre o secretário-geral do PCB, o catarinense Álvaro Ventura, e Nereu Ramos, vice-presidente da República e líder do PSD em Santa Catarina, para discutir o apoio comunista a Aderbal Ramos da Silva. Não houve, contudo, acordo entre as partes, ficando os comunistas liberados para “sufragar um dos candidatos à governança do estado”. Isso explicaria por que, em muitas seções, houve sobrecartas com a chapa comunista e Aderbal Ramos da Silva. Se a maioria comunista preferiu, no entanto, a UDN, foi porque pesou “o esplêndido programa-plataforma do sr. Irineu Bornhausen”. O único acordo feito pelo candidato fora com o “eleitorado livre catarinense: o do cumprimento do programa”. Qualquer outra acusação nada mais seria que “exploração torpe para afastar os católicos de um homem que pertence à sua religião”. Ao final, fazia uma espécie de defesa do comunismo, afirmando ser a doutrina vermelha menos nociva ao catolicismo do que os anticlericais, presentes na chapa pessedista: “Os católicos sabem quais são os inimigos da sua religião e hoje já temem menos os comunistas do que os anticlericais, que figuram na chapa pessedista a elevados postos eletivos.”⁵³

Baseado nas acusações pessedistas e na defesa do jornal da UDN, é possível perceber a importância dada pelos partidos à participação da Igreja no pleito. A associação de qualquer agremiação ao comunismo seria o ponto de inflexão para a perda do apoio do eleitorado católico. Por isso, a declaração, escrita pelo monsenhor José Locks, a dez dias do pleito, atestando que Irineu Bornhausen era seu paroquiano, “batizado e educado no seio da Igreja Católica” e “católico praticante”.⁵⁴ Pelo mesmo motivo, a publicação de textos negando o suposto acordo secreto entre UDN e PCB. O discurso anticomunista vinha, assim, combinado

51 RESTOS de uma vergonha. **O Estado**, Florianópolis, n.p., 25 jan. 1947.

52 ARGUMENTO de dois gumes. **Diário da Tarde**, Florianópolis, n.p., 25 jan. 1947.

53 NÓS E o comunismo. **Diário da Tarde**, Florianópolis, n.p., 24 jan. 1947.

54 DOCUMENTO que nobilita. **Diário da Tarde**, Florianópolis, n.p., 9 jan. 1947.

com apelos nacionalistas e clericais. Vale dizer, entretanto, que a UDN, apesar de negar o acordo entre os partidos, não refutou a existência do telegrama de Irineu a Prestes.

Em fevereiro de 1947, pouco mais de um mês após o pleito, a UDN disparou contra seus rivais, retomando as denúncias de aproximação com o Partido Comunista. Segundo o jornal, o PSD estaria espalhando boletins pelo interior do estado sobre o telegrama de Irineu a Prestes. Pela primeira vez, então, o veículo oposicionista confirma o diálogo, garantindo ser apenas “a simples cortesia entre um candidato e um chefe de partido que o cumprimenta”. Nereu Ramos, de forma similar, retrucavam os udenistas, deixou-se fotografar ao lado do líder vermelho em “amistosa palestra”. A questão não seria, portanto, o encontro ou os eventuais diálogos entre líderes partidários. O ponto crucial era que o PSD, paradoxalmente, distribuía boletins no interior do estado, acusando a UDN de aproximar-se do PCB, enquanto que, na capital, alguns de seus principais líderes, como Aderbal Ramos da Silva, Jairo Callado e Udo Deeke, subscreviam “importâncias para o órgão comunista a vir à luz”.

Ou seja, o PSD quis, no pleito passado, o voto dos comunistas – demonstrado pelo encontro entre Nereu Ramos e Álvaro Ventura – e o queria para a eleição municipal vindoura. A diferença dos votos comunistas em favor de Irineu, continuavam os udenistas, foi de cerca de 200 votos, o que prova que o PCB votou dividido naquelas eleições. E, questionavam, se o PSD é tão anticomunista como prega nos boletins distribuídos no interior, por que “os perseguidos, os atropelados pela facciosidade policial, as professoras transferidas, os funcionários dispensados, os atarrachados (sic) pela política dominante foram apenas os udenistas? Por que nenhum comunista sofreu o castigo que os udenistas vêm sofrendo?”. E, prontamente, respondiam: “Porque o Sr. Aderbal Ramos quer contar com o apoio deles nas próximas eleições municipais.”⁵⁵

A reportagem acima coloca alguns elementos que merecem melhor apreciação. Afinal, a simples análise do desempenho da legenda, nas eleições de 1945 e no pleito de janeiro de 1947, sugere um partido com pouca representatividade em Santa Catarina. Como foi visto anteriormente, em 1945, o PCB catarinense, tanto para a Presidência da República quanto para o Senado e para a Câmara Federal, fez não mais do que 0,9% dos votos. Em 1947, a legenda, em sua chapa para a Assembleia Legislativa, obteve 2.544 votos, totalizando 1,3% do eleitorado catarinense.⁵⁶ Ou seja, em um diagnóstico puramente estatístico, o PCB catarinense não seria uma força política relevante a ponto de merecer a atenção dos dois maiores partidos do estado. Portanto, as denúncias de aproximação dos partidos aos membros comunistas poderiam ser consideradas como mera retórica eleitoral com o fito de desestabilizar o prestígio do candidato adversário junto ao eleitorado católico. Todavia, não é isso o que a análise atenta das fontes indica.

55 A HIPOCRIZIA (sic) de um boletim. **Diário da Tarde**, Florianópolis, n.p., 25 fev. 1947.

56 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. **Resenha eleitoral**: nova série. Florianópolis: TRESC, 2001.

Campanhas políticas e análise dos dados eleitorais: abordagens possíveis para a compreensão dos mundos do trabalho

DE FATO, os números absolutos do PCB em Santa Catarina não impressionam. Ao contrário, ficam muito aquém da média nacional do partido. Em 1945, o candidato à Presidência da República, Yedo Fiúza, recebeu cerca de 10% da preferência dos eleitores brasileiros, sendo o mais votado em cidades com forte presença operária, como Santos, onde obteve 42% dos votos. Os comunistas lograram ainda importante vitória, elegendo 15 deputados para a Assembleia Nacional Constituinte, sendo nove operários.⁵⁷ Em 1947, o PCB foi fundamental para a vitória de Adhemar de Barros ao governo do estado de São Paulo. O candidato do PSP obteve votação maciça em cidades com grande número de trabalhadores urbanos, áreas de forte influência comunista, como a capital e o ABC Paulista.⁵⁸ Ademais, o PCB obteve 800 mil votos em todo o Brasil, elegendo 46 deputados estaduais em 16 estados. Em São Paulo, conseguiu 11 vagas para a Assembleia Legislativa. No Rio de Janeiro, das 50 cadeiras da Câmara, o partido ocupou 18.⁵⁹ Durante a apuração das urnas nos estados, o jornal *Tribuna Popular* destacou a dianteira de candidatos ao governo apoiados pelo PCB como em Minas Gerais, São Paulo, Pará, Piauí e Rio Grande do Sul. As alianças não privilegiavam um partido específico. Em Minas, o PCB apoiava Milton Campos, da UDN. No Pará, os comunistas sufragaram Luís Geolás de Moura Carvalho, do PSD.⁶⁰

Fica evidente, portanto, que o poder de mobilização popular dos comunistas em Santa Catarina, principalmente se comparado com o exemplo paulista, é claramente inferior. Isso significa que é possível afirmar que o eleitor catarinense tinha um “perfil conservador”?⁶¹ Em caso afirmativo, por que então o “abraço de tamanduá” entre UDN e PCB na eleição de janeiro de 1947? O cruzamento de informações sobre a campanha política com alguns dados eleitorais indica contingências no pleito de janeiro de 1947, que os números finais, amplamente favoráveis ao PSD, ajudam a obscurecer.

Se a legenda comunista obteve apenas 2.544 votos para a Assembleia Legislativa, ou 1,3%, 1.192 destes, ou seja 46,8%, foram obtidos apenas em Florianópolis. A capital de Santa Catarina contava com duas zonas eleitorais, a 12ª e a 13ª, totalizando 17.548 eleitores ou 7% do total do eleitorado do estado. Se destrincharmos a votação dos partidos políticos na

57 SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (org.). **História do Brasil Republicano**. 1ª ed. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 47-96.

58 FRENCH, John D. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995. p. 203, 204.

59 MARTINS, Celso. **Os comunas**: Álvaro Ventura e o PCB catarinense. Florianópolis: Paralelo 27; Fundação Franklin Cascaes, 1995. p. 175.

60 As informações foram obtidas nas seguintes reportagens: “NA DIANTEIRA os candidatos apoiados pelos comunistas”; “UM GOVERNO democrata e popular para o estado do Pará”; VENCE em Minas o candidato apoiado pelo PCB”. Elas estão disponíveis na seguinte edição do jornal: *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, p. 1, 22 jan. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/154547/4060>. Acesso em: 9 jan. 2025.

61 CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-79)**. 1988. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina, p. 124.

capital, poderemos matizar as retóricas eleitorais e compreender melhor a participação do PCB nas eleições de janeiro de 1947.

Tabela 1: Número de eleitores e de votantes (taxa de comparecimento) em Santa Catarina nas eleições de 19 de janeiro de 1947⁶²

Santa Catarina	Número	Percentual
Eleitores	259.285	100%
Votantes	185.087	71,4%

Tabela 2: Número de eleitores e de votantes (taxa de comparecimento) em Florianópolis, distribuídos por Zona Eleitoral, nas eleições de 19 de janeiro de 1947⁶³

Florianópolis	Número	Percentual
Eleitores – 12ª ZE	6.240	35,6%
Eleitores – 13ª ZE	11.308	64,4%
Total de eleitores	17.548	100%
Votantes – 12ª ZE	5.015	36,4%
Votantes – 13ª ZE	8.781	63,6%
Total de votantes	13.796	100%

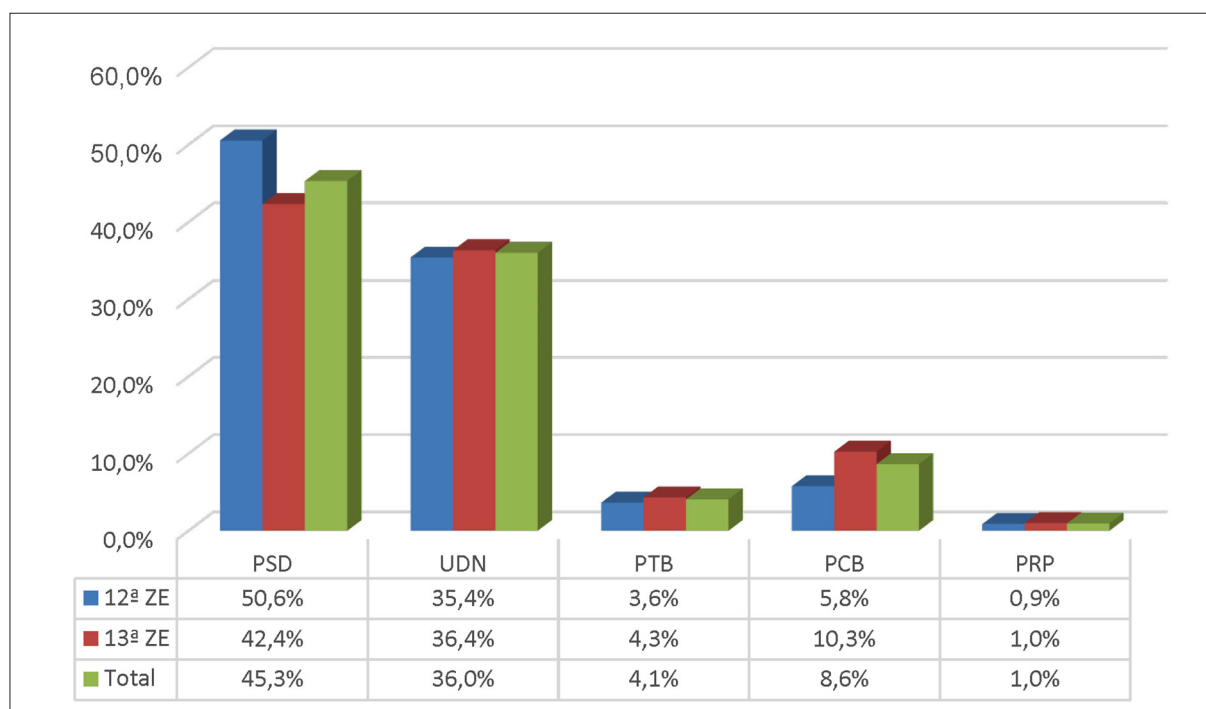
Os dados eleitorais informam que a chapa de deputados comunistas conseguiu, em Florianópolis, a terceira maior votação, ficando atrás apenas de UDN e PSD, com 5,8% dos eleitores (290 votos) da 12ª Zona Eleitoral e 10,3% dos votos (902) da 13ª ZE. O PTB, reconhecido nos trabalhos de história política de Santa Catarina como “fiel da balança”, capaz de decidir a eleição em favor de um dos grandes partidos, ficou apenas com a quarta votação parlamentar na capital, alcançando 3,6% (183 votos) e 6,6% (580 votos), na 12ª e 13ª zonas eleitorais, respectivamente.⁶⁴ Os comunistas, especialmente na 13ª Zona Eleitoral, conquistaram, portanto, um percentual similar ao seu desempenho nacional nas eleições presidenciais de 1945. E mais, conquistaram mais votos para a Assembleia Legislativa do que o PTB de Vargas. Essa primeira inferência dá pistas de que o cenário político, especialmente em Florianópolis, era mais complexo do que o famoso argumento generalizante da política catarinense: “por ter um eleitorado conservador, as disputas eleitorais limitavam-se a PSD contra UDN, sendo o PTB o fiel da balança.”

62 Tabela construída a partir dos dados da seguinte fonte: Apuração final do pleito de 19/01/1947 e renovação de 30/03/1947 – Senado, governo, deputado federal e estadual. Nº de eleitores, nº de votos por partido e candidato. **Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**. Doc. 14. Arquivo do TRE-SC.

63 Ibidem.

64 Apuração final do pleito de 19/01/1947 e renovação de 30/03/1947 – Senado, governo, deputado federal e estadual. Nº de eleitores, nº de votos por partido e candidato. **Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**. Doc. 14. Arquivo do TRE-SC.

Gráfico 1: Resultados em Florianópolis da votação para a Assembleia Legislativa por partido e por Zona Eleitoral em 19 de janeiro de 1947⁶⁵



Ao observar a votação das legendas por município, percebe-se que o PCB era fraco no interior de Santa Catarina, mas tinha certa expressividade na capital. Isto sugere, por conseguinte, que o partido, da mesma forma como ocorria em outras regiões do país, tinha maior influência sobre o eleitorado urbano. Com base nestas digressões e trazendo para a análise a votação dos candidatos a governador por seção eleitoral em Florianópolis, é possível perceber elementos que tornam mais complexas as relações políticas no limiar da democratização após a II Guerra Mundial. Os documentos disponíveis no arquivo do TRE-SC não informam a votação por seção eleitoral. Apenas discriminam os votos de cada candidato e legenda partidária por Zona Eleitoral. Todavia, os jornais diários de Florianópolis publicavam os resultados parciais da apuração. Ou seja, informavam os resultados das seções eleitorais apuradas no dia anterior. Com base nessas informações, foi possível tabular os números e, com base na localização geográfica de cada seção, analisar como foram distribuídos os votos por região da cidade.

Se considerarmos somente as seções eleitorais na área central da cidade, próximas aos morros e no continente, regiões onde morava a maioria dos trabalhadores urbanos – excluindo, portanto, seções localizadas em distritos caracterizados pela atividade rural –, perceberemos que os resultados foram animadores para a UDN. Das 24 seções que faziam parte da 12ª Zona Eleitoral, apenas as sete primeiras ficavam em áreas próximas a morros ou ao centro da cidade,

⁶⁵ Gráfico construído a partir dos dados da seguinte fonte: Apuração final do pleito de 19/01/1947 e renovação de 30/03/1947 – Senado, governo, deputado federal e estadual. Nº de eleitores, nº de votos por partido e candidato. **Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**. Doc. 14. Arquivo do TRE-SC.

como era o caso da 4ª seção, no Morro da Malária, e da 7ª, no Abrigo de Menores, próximo à subida do Morro do 25. As demais se localizavam em regiões de atividade predominantemente rural. Já na 13ª ZE, a distribuição geográfica das seções se invertia. Das 39 seções, 34 estavam localizadas na região central da cidade, próxima aos morros ou no continente.

Se contabilizarmos apenas os votos das sete primeiras seções da 12ª ZE, o candidato udenista venceu por uma margem de 108 votos.⁶⁶ Na 13ª Zona Eleitoral, Irineu Bornhausen venceu por uma diferença de 372 votos. Nas urnas localizadas no continente, da 27ª à 38ª seção eleitoral, a diferença em favor do candidato udenista foi de 310 sufrágios.⁶⁷ Por outro lado, a legenda pessedista para deputado estadual foi a mais votada na cidade, perfazendo um total de 6.255 votos, contra 4.966 da UDN. A legenda situacionista obteve mais votos em ambas as zonas eleitorais da capital para a Assembleia Legislativa, inclusive na 13ª, com maior número de eleitores e onde Irineu obteve vantagem significativa na maioria das seções.⁶⁸

A análise da distribuição geográfica dos votos no pleito de janeiro de 1947 ajuda-nos a compreender melhor os efeitos das campanhas eleitorais e os desempenhos partidários. Na 12ª Zona Eleitoral, o PSD obteve, para deputado estadual, uma votação superior à soma das demais legendas (ver Gráfico 1). Os resultados da 13ª ZE mostram um equilíbrio muito maior entre os partidos. A UDN perde para o PSD por uma diferença de 526 votos. No entanto, se somados aos votos udenistas os das demais legendas – como feito na 12ª ZE – chegaremos a uma diferença de 1.044 votos (4.763 contra 3.719 do PSD). Essas informações ajudam a construir um panorama das disputas políticas bem diferente das análises que asseveram um “forte predomínio eleitoral” pessedista na capital de Santa Catarina.

Considerações finais

PODE-SE CONCLUIR, primeiramente, que o predomínio pessedista é claramente maior nas regiões onde há predominância das atividades rurais – nos distritos localizados no interior da Ilha de Santa Catarina – e que compreendem, principalmente, a 12ª ZE. Nas seções da 13ª ZE, onde votam a maioria dos trabalhadores urbanos, houve um equilíbrio na votação das duas maiores agremiações e um resultado expressivo das legendas declaradamente populares (comunistas e trabalhistas alcançaram juntos 16,9% do eleitorado), especialmente o PCB.

Ou seja, apesar de auferir um desempenho abaixo de cidades com grande densidade operária do Sudeste do país, os comunistas tiveram uma votação em Florianópolis que os

66 Somando os votos da 8ª até a 24ª seção, seções mais distantes do Centro e dos morros, o candidato do PSD consegue 1.947 votos contra 1.265 do candidato udenista, totalizando uma diferença de 682 votos em favor de Aderbal Ramos da Silva.

67 RESULTADO conhecido de Florianópolis. **A Gazeta**, Florianópolis, n.p., 25 jan. 1947. AS ELEIÇÕES do dia 19. **Diário da Tarde**, Florianópolis, n.p., 27 jan. 1947.

68 Apuração final do pleito de 19/01/1947 e renovação de 30/03/1947 – Senado, governo, deputado federal e estadual. Nº de eleitores, nº de votos por partido e candidato. **Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**. Doc. 14. Arquivo do TRE-SC.

tornava uma força a ser considerada. Nessa perspectiva, as denúncias de diálogos entre Nereu Ramos e Álvaro Ventura ou da troca de telegramas entre Irineu Bornhausen e Luiz Carlos Prestes não era mera retórica anticomunista. Tanto UDN quanto PSD sabiam dos riscos que o apoio comunista poderia acarretar, principalmente junto ao eleitorado católico. Todavia, ambos optaram por estabelecer conversas e negociar o apoio, ainda que tácito. Em suma, os partidos não tinham como saber qual seria a votação dos comunistas e seu impacto naquela eleição de janeiro, mas poderiam fazer suposições com base no pleito de 1945 e na conjuntura política local. A opção pelo diálogo e, em seguida, os resultados das eleições, confirmam que o PCB merecia um olhar atento por parte dos grandes partidos.

Ao analisarmos detalhadamente as campanhas e a votação do PCB em Florianópolis, é possível montar uma caracterização da atuação do partido bem diferente daquela inspirada exclusivamente na análise dos números estaduais. A legenda saía das eleições não como o partido que auferiu míseros 1,3% dos votos no estado, mas como uma força política importante na capital. Não é, portanto, de se estranhar as denúncias de que líderes pessedistas estariam buscando o apoio dos comunistas visando às eleições municipais de novembro daquele ano. Tampouco é contraditória a campanha anticomunista no interior, afinal, o desempenho do partido concentrava-se nas áreas de maior urbanização.

Por outro lado, na eleição de janeiro de 1947, o candidato udenista, de forma mais clara e objetiva do que seu adversário, formulou uma plataforma de campanha francamente favorável aos trabalhadores com objetivo de conquistar esse eleitorado e destronar o PSD do Executivo estadual. Os opositores orientaram-se discursivamente à esquerda, conforme indicara seu presidente estadual, Adolfo Konder: defenderam o direito de greve, disputaram o eleitorado trabalhista e denunciaram intervenções da polícia e do Ministério do Trabalho em reuniões sindicais. Se o resultado não foi o esperado, afinal o PSD venceu as eleições estaduais, os números da capital do estado demonstraram que a aproximação com as demandas populares dera resultado. Os trabalhadores urbanos, nesse contexto, apareciam como interlocutores privilegiados e decisivos nos resultados eleitorais. A coincidência de sobrecartas com votos para o candidato da UDN e para deputados do PCB, bem como a votação de Irineu Bornhausen em muitas seções da capital demonstravam isso.

Para finalizar, as eleições de janeiro deixaram algumas lições. O PSD foi o grande vitorioso do pleito. Conquistou o Executivo estadual, elegeu seus dois senadores e a maior bancada parlamentar. No entanto, a campanha udenista surtira efeito, especialmente na capital. Os resultados, tanto das eleições de 1945 quanto das eleições de janeiro de 1947, passavam um recado claro para os grupos políticos que desejavam disputar o poder através das urnas: o trabalhador na condição de eleitor passava a ser decisivo no pleito. A diminuição da concentração de votos de PSD e UDN nas eleições seguintes e o crescimento de outras legendas, principalmente o PTB, deixariam esses sinais mais claros.

Passada a refrega eleitoral, os partidos miravam as eleições municipais de novembro de 1947. No entanto, a euforia dos comunistas com o surpreendente resultado das urnas durou pouco. Em maio de 1947, pouco menos de cinco meses após as eleições estaduais, o Tribunal Superior Eleitoral cancelou o registro do partido, colocando o PCB novamente na ilegalidade. Em janeiro de 1948, a expectativa do PCB em participar do “jogo democrático” foi definitivamente solapada. A emenda do senador Ivo d’ Aquino, do PSD de Santa Catarina, foi aprovada no Congresso e foram cassados os mandatos de todos os parlamentares comunistas. Mesmo na ilegalidade, os comunistas continuariam atuando na vida política brasileira, organizando greves, construindo mobilizações nos bairros e disputando cargos eletivos por outras legendas.

O regime democrático, inaugurado após a ditadura do Estado Novo, apresentava suas primeiras fissuras. Não seriam as únicas. Os primeiros processos eleitorais haviam deixado algumas lições. Talvez, a mais importante delas: não seria possível galgar vitórias eleitorais expressivas sem considerar as aspirações das classes trabalhadoras.

Recebido em: 09/01/2025

Aprovado em: 20/03/2026